

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Aos dezasseis dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, pelas nove horas, no Auditório Dr. Manuel Faria, na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeira e segunda secretárias, Carla Maria Bravo Franco e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- Após declarada aberta a sessão o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal começou por informar que o Senhor Deputado Adriano Augusto Andrade solicitou a sua substituição, ao abrigo do artº 5º do Regimento da Assembleia Municipal, tendo sido substituída pela Senhora Deputada Maria João Pessoa Trigo, em conformidade com o previsto no artº 6º do referido Regimento. -----

----- Mais foi informado que os Senhores Presidentes da Junta da União de Freguesia de Agrobom/Valpereiro/Saldonha, da Junta de Freguesia de Sambade, da Junta de Freguesia de Vilarchão e da União de Freguesias de Gebelim e Soeima, se fazem representar, respectivamente, pelos seus substitutos legais, Filipe José Araújo Borges, Paulo Jorge Martins Correia, Hélder José Branco Pires e Domingos Dinis Félix, em conformidade com o estabelecido no nº 1, alínea c) do artº 18º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos. -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, colocando-a ao dispor dos interessados para consulta. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou os Senhores Deputados que estava presente a ata da primeira sessão extraordinária, realizada no dia dezoito de novembro de dois mil e dezassete para ser submetida a aprovação. -----

----- A Senhora Deputada Susana Filipa Guerra começou por dizer sempre que se referem a UOPG escrevem OPG, pelo que pede para se fazer a correcção para UOPG. -----

----- Colocada a ata da primeira sessão extraordinária à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, dos vinte e cinco membros presentes, aprová-la. -----

----- Não participaram na votação deste assunto os Senhores Deputados António Emílio Uvaldo Herdeiro e Domingos Félix, por não terem estado presentes no momento da votação. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal começou por chamar à atenção dos Senhores Deputados que o tempo disponível para o Período de Antes da Ordem do Dia é na sua totalidade de uma hora, pedindo a todos alguma concisão nas intervenções e que evitem repetições nas intervenções que são feitas. -----

----- De seguida usou da palavra o Senhor Deputado António Serra começando por dizer ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia que pode contar com o exercício do contraditório leal, urbano e construtivo. Disse depois que pretende falar sobre um assunto que para ele é sensível e que também o é para o Executivo Camarário dizendo que tem uma boa obra feita naquela área que é o Transporte de Doentes Oncológicos para o IPO. Passou, depois, a ler o parágrafo 9 do artigo 5º do Regulamento para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, referindo que é onde trata especificamente o transporte de doentes oncológicos e quais as condições de acesso. Com esta leitura o Senhor Deputado António Serra disse que pretendia sensibilizar e perguntou se haveria a hipótese do Executivo alargar este transporte a todos os doentes oncológicos, uma vez que sabe que o transporte destes doentes vai passar a ser feito pelos Bombeiros, ficando mais acessível para a Câmara. Acrescentou que tem conhecimento que existem casos que se enquadram nestas condições de

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

acesso e que não estão a usufruir do transporte, podendo gerar uma certa inquietação social e uma certa ideia de injustiça social e pensa que ninguém pretende isso. -----

----- De seguida usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara dizendo que a Câmara foi obrigada a tomar esta medida porque o Governo anterior do PSD-CDS resolveu cortar os apoios ao transporte de doentes, inclusivamente ao transporte de doentes oncológicos e colocaram muitas restrições para poupar dinheiro. Ora, logo que essa lei começou a ser implementada as pessoas começaram por se dirigir à Câmara dizendo que tinham dificuldades em se deslocarem às consultas e tratamentos do IPO, pois cada vez que se deslocavam ao IPO gastavam mais de cem euros e que a pensão que recebiam era de cerca de duzentos, trezentos ou quatrocentos euros e que não chegam para pagar o transporte. Além disso disse que as pessoas, em determinadas fases da doença, têm que se deslocar várias vezes seguidas ao IPO e têm dificuldades em pagar os transportes. Então, a Divisão Social, através das Técnicas da Acção Social começaram a colocar a questão às Assistentes Sociais do IPO e dos Hospitais para resolverem o problema, pois eram na sua maior parte pessoas idosas, carenciadas, com baixas pensões. Verificaram então que ninguém resolvia nada e que os doentes não iam às consultas. A Senhora Presidente da Câmara disse que chegaram à conclusão que tinham que assumir um encargo que não era da responsabilidade das Autarquias, mas que era uma necessidade, informando que foram a primeira Autarquia a nível Nacional a fazer o Transporte de Doentes Oncológicos. Disse, inclusive, que denunciaram o assunto na comunicação social e foi discutido na Assembleia da República mas o Governo não alterou uma vírgula na lei, entendendo que isto é insensibilidade social. Então a Câmara teve que resolver o problema. Depois referiu que a Câmara tinha atribuído apoios, previstos no Regulamento e que de uma forma geral foram dados a pessoas que têm rendimentos abaixo do Indexante Social e não duas vezes o Indexante, e por isso entenderam alargar para dois indexantes. Acrescentou que já tinham falado na possibilidade de aumentar o valor, dizendo que estão de acordo que será justo. Além disso, disse que existe um ponto na ordem do dia que é precisamente a melhoria dos Regulamentos na área social. Não se deverá dar a todos os doentes oncológicos pois temos pessoas que não precisam deste apoio, que têm dinheiro, que têm carros próprios e que têm pessoas que os podem transportar. Entende que estes apoios não podem ser dados a todos da mesma forma, mas sim a quem precisa. Tem que se definir quais os melhores critérios para atribuir este transporte. Continuando, a Senhora Presidente da Câmara disse que o que o Dr. António Serra disse, e é verdade, é que às vezes existem pessoas com necessidades que precisam e que não estão contempladas, mas o que acontece é que sempre que haja lugar nas viaturas, as pessoas aproveitam a “boleia” até a viatura estar completa. Entende que podemos alargar este apoio, mas que não se pode usar dinheiro público para quem não precisa. Disse também que a política social é feita para se fazer justiça social, é feita para as pessoas que têm de facto necessidades, porque o dinheiro é público e ele não “estica”, tem que haver critérios. Acrescentou ainda que não concorda que se utilizem as dificuldades das pessoas para se fazer “baixa” política. A política social deve ser consensual. Concorde que este apoio pode ser alargado a mais pessoas, mas entende que não deve ser dado indiscriminadamente. -----

----- Posteriormente usou da palavra o Senhor Deputado António Serra congratulando-se com a posição da Senhora Presidente da Câmara, pois o que pretendia com a sua intervenção era sensibilizar e às vezes para se conseguir um pouco mais, um pouco melhor em qualidade e quantidade, tem que se pedir um pouco mais. -----

----- De seguida usou da palavra o Senhor Deputado Filipe Borges, em representação da União de Freguesias de Agrobom, Saldonha e Valpereiro, propondo um voto de pesar pelo falecimento de duas ilustres figuras desta União de Freguesias, sendo um o Senhor Luís Pedro Escaleira, tendo sido, para quem não conhece, Presidente da Junta de Freguesia da Saldonha durante cerca de vinte e três anos e foi também Deputado desta Assembleia durante vários mandatos. -----

----- O outro voto de pesar é para o falecimento do Senhor Engenheiro António Clemente Menéres Manso, dizendo que foi Vereador deste Município durante um mandato e também Diretor Regional de Agricultura. Acrescentou também que para além de outras coisas, editou vários livros e colaborou em projectos do Município. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou os votos de pesar à votação tendo sido aprovados por **unanimidade**, dos vinte e sete deputados presentes, devendo ser posteriormente comunicados às respectivas famílias.

----- Seguidamente, usou da palavra a Senhora Deputada Maria Manuel Rocha Cunha Silva, dizendo que vem como porta-voz do Senhor Padre José António de Almeida Machado, na qualidade de cidadão e capelão dos Bombeiros Voluntários de Alfândega da Fé, e passou de seguida a ler uma proposta de voto de louvor para os nossos Bombeiros e a realização de uma escultura em homenagem aos bombeiros. Após a leitura, colocou a proposta à consideração da Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o voto de louvor proposto pelo Capelão dos Bombeiros Voluntários de Alfândega da Fé, à votação tendo sido aprovado, por **unanimidade**, dos vinte e sete deputados presentes. -----

----- De seguida usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara para dizer que concordam com a proposta da escultura e entende que é uma boa ideia. Já existe na Associação um busto do Fundador dos Bombeiros, mas um monumento aos Bombeiros e ao Voluntariado ainda não existe. Disse também que os nossos Bombeiros estão muito bem organizados, tendo feito um excelente trabalho este verão. A Senhora Presidente da Câmara continuou dizendo que os nossos jovens bombeiros, tanto homens como mulheres, devem ser acarinhados para eles sentirem o nosso carinho e essa homenagem aos Bombeiros Voluntários é de facto uma boa ideia e vamos trabalhar nesse sentido, uma vez que já foi aprovada nesta Assembleia Municipal. -----

----- Posteriormente, usou da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins dizendo que, e seguindo a linha de pensamento do Senhor Deputado António Serra, ou seja, no exercício da prática de uma oposição séria, leal e construtiva, pretende dar nota do apoio desta bancada a uma determinada questão. Todos sabemos, disse, que as condições climáticas assolaram o nosso País com uma seca brutal. Isso atingiu os produtores agrícolas e acima de tudo os produtores pecuários, mas abstém-se de dizer muito mais pois os órgãos da comunicação social fizeram esse trabalho relativamente a todo o País. O Senhor Deputado Gabriel Martins referiu que, infelizmente, Alfândega da Fé não foi excepção. Temos conhecimento que alguns produtores de gado passam sérias dificuldades, no limite da catástrofe económica. Disse que também têm conhecimento que a Câmara Municipal está atenta a esse pormenor e que de facto se aproximam algumas reuniões com algumas organizações desta área para o apoio a esta gente e numa oposição construtiva, a bancada do PSD-CDS-PP quer deixar uma nota de apoio ao Executivo, na construção de um programa de apoio a estes produtores de animais pois estão numa fase muito difícil, tendo também em conta o bem-estar do animal. Quer então que fique uma nota no sentido de que apoiarão qualquer programa de apoio aos pastores da nossa terra -----

----- A Senhora Presidente da Câmara agradeceu e disse que já fizeram duas reuniões de câmara em que esse assunto já foi debatido, e o que ficou decidido, foi marcar uma reunião com as Associações, que representam o sector e ver quais os apoios que devemos e podemos dar. Esclareceu ainda que há uma linha de apoio do Governo para os produtores pecuários, para a alimentação. Veremos também, junto das Associações, se poderemos pedir outro tipo de apoio ao Governo, uma vez que foi falado da possibilidade de não pagarem a Segurança Social durante algum tempo, como já aconteceu noutras situações em que houve dificuldade nos produtores pecuários. Lembrou que já o fizeram quando foi do grande incêndio dos Picões, pois os pastores foram os que ficaram logo sem os pastos e tiveram que comprar alimentos para os animais e também se poderá justificar pela seca. A Senhora Presidente da Câmara informou depois que no próximo dia 19 irá estar cá o Senhor Secretário de Estado das Florestas para uma reunião em que este assunto irá a ser tratado com todos os Presidentes de Câmara da Comunidade Intermunicipal e no dia 20 terão a reunião com as Associações. Disse depois que entende que nem todos precisam da mesma maneira, dando o exemplo de que se tivermos um pastor que tem também muitos terrenos e tem onde por o gado a pastar é uma coisa. Já se tivermos um pastor que anda a pastar nos terrenos dos outros ou tem poucos terrenos e com a seca não encontra onde dar de comer aos animais é outra coisa. Disse que devemos ajudar quem mais precisa, até porque, como disseram na reunião de câmara, aquando do debate sobre o assunto, as Associações também devem apoiar e informar de como podem solicitar os apoios do governo. E queremos

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

saber se as Associações estão a ajudar os produtores a encontrar os apoios que precisam, pelo que querem colocar essas questões às Associações e ver o que da parte da Câmara pode ser feito em termos de ajuda. Depois, a Senhora Presidente da Câmara deu outro exemplo de que na Serra, este ano, os produtores de castanha também foram afectados com prejuízos grandes. Concluiu dizendo que tem que ver o que poderão fazer para ajudar e que não se podem substituir àquilo que são as responsabilidades do Ministério da Agricultura, mas em situações mais urgentes e mais graves, principalmente pastores que vivem só dessa actividade e que não tem terrenos próprios, aqui poderemos vir a ajudar. -----

----- Por fim, o Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes usou da palavra para agradecer ao Senhor Padre José António por se ter lembrado da homenagem aos Bombeiros e ter feito a proposta que fez, e a toda a Assembleia Municipal pelo facto de a ter votado por unanimidade. Quis também agradecer à Câmara Municipal por já estar a trabalhar no terreno no sentido de melhorar as condições dos Bombeiros com a execução da obra de remodelação do quartel dos Bombeiros que está a ser efetuada, que vai permitir por um lado, aumentar a operacionalidade dos Bombeiros e, por outro lado, vai permitir que os utentes possam aceder aos serviços administrativos mais facilmente, pois passando para o rés-do-chão o atendimento às pessoas, facilita o seu acesso. Esta obra depende dos apoios comunitários mas também depende do elevado envolvimento que a Autarquia teve, quer na concepção do projecto, quer agora na fiscalização da obra para que as coisas corram dentro da normalidade. Depois, relativamente à questão dos apoios que se dão às pessoas, o Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes diz que concorda com a visão que foi apresentada, quer pela bancada do PSD quer pelo Executivo, porque de facto é preciso melhorar os apoios que se dão às pessoas mas é preciso fazê-lo com regra e não espalhar a todos indiscriminadamente, pois quando os recursos não são muitos não podemos espalhar mais do que aquilo que temos, disse. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa quis depois colocar à consideração da Assembleia Municipal a alteração da hora da realização das respectivas sessões, passando a serem na mesma aos sábados mas a terem início às 14h00, permitindo assim que os grupos se preparem melhor, possam fazer as suas reuniões de preparação no próprio dia e que no tempo mais frio, não haja o perigo de despiste, principalmente para quem vem das zonas mais frias da serra. -----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins dizendo que achou a ideia da alteração da hora uma excelente ideia, até porque ele é das pessoas que vem de mais longe. Mas disse que ficou com a ideia de que o motivo de alteração também era para que as Sessões da Assembleia fossem mais concorridas, tivessem mais público. Mas chamou à atenção que quer às 9h00, quer às 14h00, em termos de público, não serão muito concorridas. Colocou depois à consideração da Mesa da Assembleia a hipótese de arranjar uma hora mais acessível ao público. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal diz que lhe quer parecer que quem tiver interesse em assistir às Assembleias, sabendo que existem cinco sessões ordinárias durante o ano, o fará. -----

----- Após alguma troca de opiniões, foi deliberado, por unanimidade, dos vinte e sete membros presentes, que a partir desta data, as sessões das Assembleias Municipais passarão a ter lugar aos sábados, às 15h00. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- 1. INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA C), DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;

----- Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 13/11/2017, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. -----

----- A Senhora Presidente fez uma breve explicação do conteúdo da referida informação que tem como base as actividades realizadas nos períodos compreendidos entre a última sessão da Assembleia Municipal e a presente sessão. ---

----- 2. RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO PAM A 30 DE SETEMBRO DE 2017, NOS TERMOS DO ARTIGO 29.º, DA LEI Nº 53/2014, DE 25/08, CONJUGADO COM O ANEXO I DO CONTRATO PAM;

----- Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara dizendo que é um assunto para conhecimento. Referiu que tiveram que “por a casa em ordem”. De acordo com a Lei das Finanças Locais, disse também que tiveram que aderir ao

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Fundo de Apoio Municipal que permitiu fazer uma reestruturação da dívida e baixar os juros e aumentar os prazos de forma a poder ter liquidez para cumprir com as obrigações e continuar a aproveitar os fundos comunitários para fazer obras nas aldeias, na Vila, investir etc. Informou depois que este Relatório mostra que estamos a cumprir o plano de Ajustamento Municipal que nos comprometemos. Concluiu dizendo que estamos no bom caminho. -----

----- **3. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA RECRUTAR UM ASSISTENTE TÉCNICO EM CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO ATRAVÉS DA RESERVA DE RECRUTAMENTO NO ÓRGÃO OU SERVIÇO DE ACORDO COM O DETERMINADO NO Nº 2 ART.º 40 DA PORTARIA 83_A /2009, 22/01;**

----- A Senhora Presidente da Câmara referiu que este ponto já tinha vindo a outra Assembleia para abertura do lugar no mapa e agora vem para autorizar o recrutamento. Explicou depois que foi feito um concurso e desse concurso a lei diz que fica uma reserva de recrutamento durante 18 meses, ou seja, se tivermos que recrutar alguém durante esse período, teremos que o fazer a partir das pessoas que foram seleccionadas nesse concurso. Neste caso é para recrutar um Assistente Técnico dum concurso que já terminou e que ficou em segundo lugar e que já veio à Assembleia a abertura do lugar no mapa. Informou ainda que estão reunidas as condições, após a autorização da Assembleia Municipal, para fazer o contrato. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e sete Deputados presentes, autorizar o recrutamento de um Assistente Técnico em contrato de trabalho em funções publicas por tempo indeterminado através da reserva de recrutamento no órgão ou serviço de acordo com o determinado no nº 2 art.º 40 da Portaria 83-A /2009, 22/01. -----

----- **4. APROVAÇÃO NO ÂMBITO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2018;**

----- A Senhora Presidente da Câmara começou por explicar quais são os Documentos Previsionais, remetendo para os documentos que lhe foram enviados. Explicou o plano para 2018, aquilo que vai ser feito, quais as receitas e quais as despesas, e como estão distribuídas pelas várias rubricas. Referiu que o que pretende ressaltar é que estão em plena execução do Quadro Comunitário, ou seja, todo o dinheiro que está no Quadro Comunitário para os Municípios está a ser alvo de avisos para concursos e a câmara está a preparar as candidaturas, estando algumas já aprovadas. Explicou também que uma das candidaturas que já está praticamente finalizada é a da 1ª Fase da Reabilitação Urbana, que permitiu continuar a melhoria da parte antiga da Vila. A Senhora Presidente da Câmara aproveitou para dizer que quem ainda não visitou essa zona de Alfândega da Fé, o faça, pois está a ficar muito bonita. Lembrou, depois, que no 1º Mandato fizeram a Reabilitação da Zona Centro da Vila, depois ainda com os dinheiros restantes do antigo Quadro Comunitário, conseguiram candidatar e aprovar a Recuperação da Torre do Relógio e da Zona Envolvente. Agora estão a continuar a reabilitação da restante zona histórica. Até ao final do ano, vai -se candidatar a 2ª Fase da Reabilitação Urbana, explicando que esta fase tem a ver com a recuperação da Casa do Arcebispo D. José de Moura e ao mesmo tempo estão a trabalhar com a Comissão Fabriqueira para poder ser feita uma Casa Paroquial na zona da antiga GNR. Explicou também que toda aquela parte antiga junto da igreja vai ficar muito mais bonita. Para além disso, a Senhora Presidente da Câmara informou que também têm intenção de fazer uma Casa Mortuária junto à Igreja. Disse, depois, que já têm aprovada e já está adjudicada ao empreiteiro a obra para levar a água às aldeias da parte do sul do Concelho que são aquelas aldeias que têm furos e que têm água com muito má qualidade, como é o caso é da Ferradosa, Picões, Gouveia e Cabreira e também vamos levar a água a Vilarelhos, embora não tenha tão má qualidade, mas vão passar a ter água com melhor qualidade e deixarem de ter o problema das avarias dos furos. Esclareceu ainda que o que se pretende é aproveitar a água dos furos para rega, que é o que já se está a fazer na Eucísia, com a nossa ajuda, com a iniciativa do Senhor Presidente da União de Freguesias. Pusemos uma bomba no furo e os agricultores vão ao furo e utilizam a água para rega. Temos também já em fase de adjudicação da Base de Apoio do GIPS. Os GIPS são uma força de intervenção em caso de incêndio e eles estão localizados em Alfândega e também têm um helicóptero em Alfândega. A Senhora Presidente da Câmara disse que isto pode não parecer muito importante mas é muito importante, pois não temos tido grandes incêndios em parte porque temos

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

forças de intervenção que actuam rapidamente, como é o caso dos GIPS e do helicóptero. Neste momento os GIPS estão localizados na antiga escola primária, junto à igreja, e vamos coloca-los junto à helipista, passando a melhorar as condições dessa helipista, junto ao Centro de Saúde, para poder ser aproveitada também para o Centro de Saúde quando é necessário, pois muitas vezes temos o problema de que o helicóptero do INEM, não quer parar ali pois diz que não tem condições para o fazer. Por isso diz que vamos melhorar as condições para poder ser utilizado durante o período de incêndios pelo helicóptero dos GIPS e durante todo o ano, pelo helicóptero do INEM, junto ao centro de saúde. Referiu que estão a ser submetidas mais candidaturas. Este mandato vai ser um mandato de investimento público, aproveitando ao máximo, os fundos comunitários, pois só com o nosso dinheiro da autarquia há investimentos que não seriam possíveis fazer. Ao mesmo tempo, vamos continuar a trabalhar para reduzir a dívida, o que não será muito fácil, mas vamos fazê-lo. -

----- A Senhora Presidente referiu que existe um outro grande objectivo a atingir durante este mandato, que é o atrair investimento e criar emprego. Nós sabemos que todos os Concelhos do interior têm o problema de perda de população. Os nossos jovens têm que emigrar, as pessoas de meia-idade, também têm que emigrar porque não têm oportunidades de emprego e o que nós queremos é trabalhar para atrair investimento e para criar emprego, para que as pessoas se fixem no nosso concelho. Até podemos ter estradas muito bem arrançadas, ter aldeias muito bonitas mas se não tivermos gente não temos nada e por isso, temos que criar condições para que as pessoas queiram ficar cá e até trazer pessoas de fora para o nosso Concelho. Temos esta prioridade e contamos ter também sucesso nessa matéria. -----

----- De seguida usou da palavra o Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes, elogiando a intervenção da Senhora Presidente para os próximos quatro anos e pedindo à Senhora Presidente da Câmara que resumisse cada sub-ponto para percebermos melhor. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara passou de seguida à explicação de cada um dos sub-pontos. -----

4.1 AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO PARA OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA;

----- Relativamente a este sub-ponto a Senhora Presidente da Câmara disse que é um assunto que vem sempre à Assembleia, é uma prerrogativa que a lei dá, mas isto é um empréstimo que não pode ultrapassar o ano económico, ou seja, é um empréstimo que se for contraído em Janeiro ou Fevereiro terá que ser pago até ao final de Dezembro e é um empréstimo para ocorrer a dificuldades de tesouraria, dando de seguida alguns exemplos. Mas só irá ser contraído caso seja mesmo necessário, pois quase nunca é usado. -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto 4.1 à votação, tendo sido deliberado por **maioria**, dos vinte e sete membros presentes, com dezasseis votos a favor e onze abstenções dos Senhores Deputados António Baptista Bernardes Lopes Serra, Gabriel Augusto Martins, Susana Filipa Penarroias Pimenta Guerra, Maria João Pessoa Trigo, Bruno Miguel Rebouta Rachado, Luís Miguel Gomes Mascarenhas, António José Rocha Pacheco, Rui Paulo Almendra Araújo, Carlos Manuel Oliveira Pousado, Hélder Pires e André Alexandre Santos Monteiro, aprovar o pedido de autorização da Câmara Municipal para contração do empréstimo supra mencionado. -----

4.2 AUTORIZAÇÃO PARA A CÂMARA ASSUMIR COMPROMISSOS DE QUE RESULTEM ENCARGOS FINANCEIROS REPARTIDOS, POR VÁRIOS ANOS ECONÓMICOS, EM CONFORMIDADE COM AS OPÇÕES DO PLANO;

----- Relativamente a este sub-ponto a Senhora Presidente da Câmara disse que se trata de uma norma que prevê que se tivermos uma obra ou uma prestação de serviços que tenha impacto não só nesse ano mas também nos anos económicos seguintes, tem de se trazer o assunto à Assembleia Municipal. E para evitar sessões extraordinárias por causa destas situações, damos conhecimento à Assembleia Municipal. Teremos que trazer sempre os compromissos plurianuais individualizados com conhecimento aos membros da Assembleia e que estejam no Plano e Orçamento e que tenham cabimento e compromisso.-----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Não havendo mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o sub-ponto 4.2 à votação, tendo sido deliberado por **maioria**, dos vinte e sete membros presentes, com dezasseis votos a favor e onze abstenções dos Senhores Deputados António Baptista Bernardes Lopes Serra, Gabriel Augusto Martins, Susana Filipa Penarroias Pimenta Guerra, Maria João Pessoa Trigo, Bruno Miguel Rebouta Rachado, Luís Miguel Gomes Mascarenhas, António José Rocha Pacheco, Rui Paulo Almendra Araújo, Carlos Manuel Oliveira Pousado, Hélder Pires e André Alexandre Santos Monteiro, autorizar a assunção dos compromissos referidos em epígrafe. -----

----- 4.3 APROVAÇÃO DOS ORÇAMENTO E GOP'S PARA 2018;

----- No que diz respeito a este sub-ponto, a Senhora Presidente disse que estes documentos serão os mais importantes. Há regras que têm que se cumprir, tal como a regra do equilíbrio orçamental. O documento que foi enviado aos senhores Deputados, mostra que o dinheiro do Orçamento da câmara vem principalmente do Orçamento de Estado e vem uma outra parte mais pequena dos impostos municipais, tal como o IMI, o IMT e a DERRAMA; das transferências do orçamento de estado, 80% são receitas correntes e 20% são receitas de capital e é com base nestes valores que os vamos distribuindo pelas várias rubricas que temos. A Senhora Presidente da Câmara continuou alertando por causa da dívida que este Executivo herdou, dizendo que a autarquia gasta por ano, entre juros e amortizações, mais de um milhão de euros. Se não tivéssemos de gastar este dinheiro todos os anos por causa dessa dívida, poderíamos ajudar mais os nossos municípios e investir mais. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes apelando à responsabilidade no sentido de voto e às consequências. -----

----- Usou depois da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins dizendo que uma abstenção não é um voto contra. Uma abstenção permite estarmos a favor e abstermo-nos porque formalmente a coisa pode não estar de acordo com o que nós pensamos. Provavelmente, continuou dizendo que teriam uma questão formal muito mais eficaz mas como não é nossa então votem a vossa. O Senhor Deputado Gabriel Martins frisou novamente que uma abstenção não é um voto contra. -----

----- Relativamente ao Orçamento, o Senhor Deputado Gabriel Martins disse que ele está formalmente bem elaborado. Apresenta uma leitura inteligível. Mas disse depois que o que os preocupa não é a elaboração do Orçamento mas sim o rumo político do Orçamento, referindo que o Orçamento é o Regime Financeiro Local que irá servir durante uma temporada anual. Continuou, dizendo que há duas pequenas questões que gostaria de deixar como referenciadas, nomeadamente o seguinte: A rubrica 08050102 atribui uma verba às freguesias. Com efeito ali, disse, não temos uma leitura de qual é o montante de cada uma das freguesias, dizendo depois que perturba um pouco o princípio de estabilidade orçamental de gestão, porque vai deixar alguns presidentes de junta sem saberem qual é o seu montante para fazerem o seu projecto de gestão anual. A segunda, tem a ver com a equidade intergeracional, fazendo a seguinte questão: Não seria possível, nos bens e serviços, reduzir gradualmente alguma importância que não ofendesse este princípio da equidade intergeracional, que não sobrasse para as outras gerações essa dívida, ou seja, conseguíssemos um prazo menor para reduzir à dívida ao nível que conseguíssemos baixar às taxas? Deixou depois um apelo ao Executivo no sentido de conseguirem vir a servir o município baixando-lhe estas taxas de IMI, de forma mais rápida. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara passou depois a responder às questões levantadas pelo Senhor Deputado Gabriel Martins. Relativamente à primeira questão disse que a oposição tem um princípio que é o de como não é o nosso Orçamento nós vamo-nos abster. Diz que poderiam dizer o que fariam melhor para depois justificar a abstenção. Lembrou de seguida que o Senhor Deputado disse que deveria haver um mapa com a discriminação do que é atribuído a cada uma das freguesias. A Senhora Presidente da Câmara esclareceu que a prática não é beneficiar nenhuma junta de freguesia em detrimento doutras. O que é preciso é que tenhamos um comportamento com as juntas de freguesia que é o da colaboração, apelando para que os Senhores Presidentes de Junta se dirijam à Câmara mais vezes e deixem de enviar apenas mails e que ajudem a concretizar as obras. Acrescentou também que os Senhores Presidentes de Junta também têm os seus orçamentos. A Senhora Presidente da Câmara concordou com a hipótese de se fazer uma lista com as

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

intenções para cada freguesia, mas que o problema é que os Senhores Presidentes de Junta têm que compreender que também têm que trabalhar com a Câmara para a Câmara também poder trabalhar com eles, para poder haver cooperação.

----- Relativamente à segunda questão levantada pelo Senhor Deputado Gabriel Martins que tem a ver com a equidade intergeracional, a Senhora Presidente disse que também a valoriza, embora valoriza não da forma como tem sido colocada, explicando que este conceito de não estarmos a fazer uma dívida hoje para não comprometer o futuro, esse conceito não deve ser só de agora, pois não podemos esquecer que tivemos dois mandatos do PSD em que a dívida subia à razão de dois milhões de euros por ano. A Câmara de Alfândega da Fé não se podia comparar em termos de sustentabilidade da dívida com outras Câmaras aqui à volta com dificuldades financeiras. Informou ainda que o rácio da dívida do Município de Alfândega da Fé, em relação a outros municípios que também foram ao saneamento financeiro, era muito maior. Depois explicou como foi feito o trabalho ao longo destes anos para diminuir a dívida sem deixar de investir e sem colocar pessoas no desemprego. De seguida, em relação ao IMI, a Senhora Presidente informou que a taxa do IMI, embora seja um imposto municipal, é uma taxa que é fixada pelo Governo. E houve dois factos que foram decisões do Governo, quando esteve cá a Troika que fizeram aumentar o IMI, sendo uma a reavaliação do imóveis, que levou muitas casas a verem o seu valor aumentado e outra foi aumentar a taxa máxima de IMI de 0,4 para 0,5 e fizeram isso porque estavam a cortar nas transferências do Estado para as autarquias. Tudo o que foi feito, foram obrigados a fazê-lo, pois fomos bombardeados com leis que não deram qualquer margem para podermos baixar os impostos locais. -----

----- Depois a Senhora Presidente quis também lembrar que resolveram um problema muito grave que dificultava a gestão do Orçamento, que era a questão das empresas municipais, pois todos os anos tinham que pagar as dívidas das empresas municipais e cobrir os prejuízos, sendo estes cerca de meio milhão de euros por ano e disse que enquanto não conseguiram resolver este problema, as dificuldades mantinham-se. Disse depois que neste momento este problema está resolvido, vendendo o Hotel e extinguindo a EDEAF. A Senhora Presidente da Câmara acredita que irão conseguir sair do excesso de endividamento até 2020. -----

----- Seguidamente, usou da palavra o Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes dizendo que de verdade, verdade, esta é a única assembleia em que pode haver confronto político, não a discutir orçamentos mas sim a discutir planos. Orçamentar é a seguir. O que tem discussão é o plano. Quanto à questão que deveria estar uma listagem das juntas de freguesia daquilo que vão ter, o Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes informou que faz vários orçamentos. E na Junta faz o orçamento com o dinheiro que tem e não com aquilo que pode vir a protocolar. Cada um orçamenta com aquilo que sabe que tem e não com aquilo que poderá vir a ter. Relativamente ao IMI, o Senhor Deputado Diamantino disse ter confirmado uma notícia que leu no Jornal de Negócios em Novembro que tinha a ver com a possibilidade de algumas câmaras com excesso de endividamento podem utilizar para reduzir as taxas de IMI mas de acordo com aquilo que disse a Senhora Presidente, só o podem fazer se aquela receita prevista para o IMI for substituída por outra receita. -----

----- Posteriormente, usou da palavra o Senhor Deputado Gabriel Augusto Martins para falar relativamente à questão que a Senhora Presidente levantou no sentido de termos responsáveis pela dívida. A responsabilidade da dívida é de quem tem competência para as contrair. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que a responsabilidade da dívida é feita por opções políticas. E continuou dizendo que se só estivessem ali para pagar a dívida e não investissem, estariam a comprometer o futuro do concelho e a desaproveitar dinheiro comunitário. Concluiu dizendo que temos que pagar a dívida mas também temos que fazer investimento. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado António Serra para saber se a Senhora Presidente da Câmara lhe reconhece autoridade moral para falar acerca da dívida e se quando fala no PSD o engloba. A Senhora Presidente da Câmara respondeu de imediato dizendo que não, pois até sabe que o Senhor Doutor Serra se demitiu porque não estava de acordo com a política do PSD/CDS e lho disse. O Senhor Deputado António Serra confirmou que o disse à Senhora Presidente da Câmara e também o tinha dito à comunicação social e deu entrevistas que estão escritas. Referiu que ele não é o PSD, que é um "livre pensador. O Senhor Deputado António Serra conclui dizendo que há aqui uma verdade

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

histórica, que é a dívida, que está cem por cento de acordo, mas também há outra verdade histórica que os projectos do Partido Socialista têm sido sufragados, sendo a responsabilidade deles. Para poder ficar bem com o seu ego e também para o bem da sua saúde quis saber se não o “metia no mesmo saco”, ao que a Senhora Presidente confirmou dizendo que não e quis reforçar dizendo que o Senhor Doutor Serra lhe disse que não concordava com o que se estava a passar e por isso se demitiu. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu que não sabia aquilo que o Senhor Deputado António Serra tinha acabado de comunicar à Assembleia, congratulando-se com essa sua tomada de posição que assumiu na altura. -----

----- Usou depois da palavra o Senhor Deputado Virgílio Amaro fazendo algumas explicações relativamente ao IMI. Disse que a Câmara não pode baixar a taxa do IMI, porque a lei assim o obriga. Referiu depois que 30% a 40% dos habitantes do concelho que têm aqui habitação urbana, estão isentos do pagamento do IMI. -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o sub-ponto 4.3 à votação, tendo sido deliberado por **maioria**, dos vinte e seis membros presentes, com dezasseis votos a favor e dez abstenções dos Senhores Deputados António Baptista Bernardes Lopes Serra, Gabriel Augusto Martins, Susana Filipa Penarroias Pimenta Guerra, Bruno Miguel Rebouta Rachado, Luís Miguel Gomes Mascarenhas, António José Rocha Pacheco, Rui Paulo Almendra Araújo, Carlos Manuel Oliveira Pousado, Hélder Pires e André Alexandre Santos Monteiro, aprovar o Orçamento e GOP's para o ano de 2018. -----

----- Não participou na votação a Senhora Deputada Maria João Pessoa Trigo por se encontrar ausente no momento da votação. -----

----- **4.4 APROVAÇÃO DOS MONTANTES TOTAIS DAS RECEITAS E DESPESAS POR NATUREZA ECONÓMICA;**

----- Relativamente a este sub-ponto a Senhora Presidente da Câmara remeteu para o quadro que está no documento que foi entregue aos Senhores Deputados da Assembleia Municipal. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o sub-ponto 4.4 à votação, tendo sido deliberado por **maioria**, dos vinte e seis membros presentes, com dezasseis votos a favor e dez abstenções dos Senhores Deputados António Baptista Bernardes Lopes Serra, Gabriel Augusto Martins, Susana Filipa Penarroias Pimenta Guerra, Bruno Miguel Rebouta Rachado, Luís Miguel Gomes Mascarenhas, António José Rocha Pacheco, Rui Paulo Almendra Araújo, Carlos Manuel Oliveira Pousado, Hélder Pires e André Alexandre Santos Monteiro, aprovar os montantes supra referidos. -----

----- Não participou na votação a Senhora Deputada Maria João Pessoa Trigo por se encontrar ausente no momento da votação. -----

----- **4.5 APROVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - ART.º 6 DA LEI Nº 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO;**

----- A Senhora Presidente da Câmara explicou que este assunto está relacionado com o do ponto 2.2 e 2.1 e explicou que a despesa plurianual tem a ver com despesas de anos diferentes e que o que se tem feito em anos anteriores, é, em vez de termos uma autorização prévia, trazemos depois para conhecimento e ratificação à Assembleia Municipal. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o sub-ponto 4.5 à votação, tendo sido deliberado por **maioria**, dos vinte e sete membros presentes, com dezasseis votos a favor e dez abstenções dos Senhores Deputados António Baptista Bernardes Lopes Serra, Gabriel Augusto Martins, Susana Filipa Penarroias Pimenta Guerra, Maria João Pessoa Trigo, Bruno Miguel Rebouta Rachado, Luís Miguel Gomes Mascarenhas, António José Rocha Pacheco, Rui Paulo Almendra Araújo, Carlos Manuel Oliveira Pousado, Hélder Pires e André Alexandre Santos Monteiro, aprovar a autorização genérica referida em epígrafe. -----

----- **4.6 APROVAÇÃO DAS NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PARA 2018;**

----- Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal dizendo que as Normas do Orçamento decorrem da Lei, sendo obrigatório aprová-las, explicando que descrevem as regras para se fazer o Orçamento. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o sub-ponto 4.6 à votação, tendo sido deliberado por **maioria**, dos vinte e sete membros presentes, com dezasseis votos a favor e dez abstenções dos Senhores Deputados António Baptista Bernardes Lopes Serra, Gabriel Augusto Martins, Susana Filipa Penarroias Pimenta Guerra, Maria João Pessoa Trigo, Bruno Miguel Rebouta Rachado, Luís Miguel Gomes Mascarenhas, António José Rocha Pacheco, Rui Paulo Almendra Araújo, Carlos Manuel Oliveira Pousado, Hélder Pires e André Alexandre Santos Monteiro, aprovar as Normas de Execução do Orçamento referidas em epígrafe. -----

----- 5. APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA 2018, ELABORADO NOS TERMOS DO ARTIGO 28.º E 29.º DA LEI Nº 35/2014, DE 20 DE JUNHO, QUE APROVOU A LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra fazendo uma breve explicação do que foi feito neste Mapa de Pessoal. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto cinco à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e sete Deputados presentes, aprovar o Mapa de Pessoal para 2018.-----

----- 6. SETOR DE AMBIENTE - ADESÃO AO PACTO DE AUTARCAS PARA O CLIMA E A ENERGIA;

----- Relativamente a este ponto, a Senhora Presidente da Câmara começou a sua intervenção dizendo que a nossa Câmara tem vindo a desenvolver um trabalho na área do ambiente que tem vindo a ser progressivamente mais aprofundado e aperfeiçoado porque acreditamos que as questões do ambiente e das alterações climáticas vão ter um impacto em todos os territórios. Que vamos passar a ter períodos de seca mais prolongados e já estamos a sofrer com isso. Além disso também vamos ter uma subida da temperatura que também já se está a verificar em termos médios e também vamos ter chuva concentrada em períodos mais curtos, que poderão ser mini tornados. A Câmara Municipal tem vindo a trabalhar neste tema e pretende aderir ao Pacto de Autarcas em que se compromete a trabalhar em medidas para mitigar o impacto dessas alterações climáticas e medidas para nos adaptarmos a essas alterações climáticas, remetendo depois para o documento que esteve presente na sessão da Assembleia Municipal e que foi enviada a todos os membros. -

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto cinco à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e sete Deputados presentes, mandar a Senhora Presidente da Câmara para a assinatura formal do Pacto de Autarcas para o Clima e Energia.-----

----- 7. DISCUSSÃO PARA ATUALIZAÇÃO DOS VÁRIOS REGULAMENTOS EM VIGOR DA ÁREA SOCIAL;

----- A Senhora Presidente começou a sua intervenção dizendo que a sua intenção é que a política social seja uma política consensual. Referiu que os Regulamentos em causa não foram feitos por este Executivo, mas que já foram feitas algumas alterações. Estes regulamentos já existem há vários anos e foram elaborados pelo Executivo anterior e aprovados em Assembleia. A Senhora Presidente da Câmara disse depois que, uma vez que houve muito falatório sobre os apoios sociais atribuídos, e se os regulamentos não estão bem elaborados, então o que se pretende é que se faça um grupo de trabalho, com elementos de ambas as bancadas, que depois indicarão, e que em conjunto com as Técnicas da Acção Social vejam todos os regulamentos para ver o que pode ser melhorado e depois trazer o assunto à reunião de câmara e à Assembleia Municipal apresentando sugestões de melhoria consensualizadas, pois informou que querem que sejam regulamentos consensuais. -----

----- Em seguida, usou da palavra o Senhor Deputado António Serra, congratulando-se com o que a Senhora Presidente da Câmara disse. Enalteceu depois os Senhores Vereadores do PSD/CDS-PP pois entende que têm uma atitude pro-activa e construtiva. Enalteceu também o Executivo por ter aceite as propostas das falhas nas atribuições de alguns apoios sociais, pelo acto de querer fazer as alterações. Mostrou depois disponibilidade da sua bancada para apoiar o grupo de trabalho, dentro das suas competências, achando que é essencial para este trabalho o apoio das Técnicas Sociais e do apoio jurídico. A Senhora Presidente da Câmara concordou com o facto de haver também o apoio jurídico e que a Câmara vai disponibilizar todo o apoio da parte social, da parte jurídica que o grupo que for constituído achar necessário. Disse também que da parte da Assembleia poderão depois fazer uma proposta com o número de pessoas de cada bancada.

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Explicou depois que o Senhor Vereador Vitor Bebian, numa primeira reunião de câmara levantou algumas questões sobre uns relatórios sociais que não estariam completos. Disse que foram chamadas as Técnicas e em algumas coisas a Senhora Presidente da Câmara disse que o Senhor Vereador não teria razão e noutras não teria a razão toda, mas que poderão aperfeiçoar sempre. Informou depois que pediu às Técnicas que estivessem presentes na reunião de câmara seguinte para explicar todas as dúvidas. A Senhora Presidente da Câmara disse que as Técnicas cumprem os regulamentos e têm tentado trabalhar em articulação com a Segurança Social, evitando duplicações. A Senhora Presidente da Câmara disse também que quando há dúvidas as Técnicas entram em contacto com a Segurança Social, permitindo assim que haja uma articulação e trabalho em conjunto. Depois, a Senhora Presidente da Câmara afirmou que a política social da câmara é mais transparente do que noutras autarquias, pois noutras autarquias, o relatório social é feito e quem despacha é o Presidente e na nossa autarquia estes assuntos vão sempre à reunião de câmara e mesmo quando há situações de urgência, vai sempre a ratificação à reunião de câmara. Continuando, a Senhora Presidente disse que outra coisa que o Senhor Vereador da oposição, Vitor Bebian, sugeriu é que se voltasse a colocar nas actas o nome a quem é dado o apoio social, mas disse que isso não pode ser feito, pois quando isso era feito havia uma discussão na praça pública e não é correto. Fizeram essa alteração por sugestão do então Vereador da oposição, Dr. Artur Aragão, que o que deveria ficar em ata, seria o número do processo e não o nome da pessoa, e após esclarecimento jurídico, decidiram não colocar o nome das pessoas mas sim o número do processo, para salvaguardar a privacidade das pessoas que necessitam dos apoios. ----

----- Seguidamente, usou da palavra o Senhor Deputado António Serra para reforçar que quem tem preocupações sociais e quem tem por trás uma máquina a trabalhar, acredita que os técnicos estão a fazer um bom serviço e na sua ânsia de ajudar pode estar cometer injustiças sem se dar conta e disse depois que acha que terá sido isso que se terá passado. O Senhor Deputado António Serra referiu que a sua bancada teria que reunir mas sugeriu que dois nomes de cada bancada seria correto. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal usou da palavra para pedir aos representantes das duas bancadas que enviem os dois nomes escolhidos de cada bancada para a Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----

----- Posteriormente, usou da palavra o Senhor Deputado Orlando Borges para mostrar disponibilidade por parte da bancada do PS para fazer parte deste grupo de trabalho e que mais tarde indicará os dois nomes para marcar as respectivas reuniões. Relativamente aos apoios sociais disse depois que este assunto é muito sério e que se está a tentar branquear as coisas, usando o termo que *“aqui dentro se está a tentar fazer o papel de cordeiro, e que na realidade lá fora é o papel de lobo”*. Referiu que todos têm que estar de acordo, não vão uns apoiar e depois outros não apoiam-----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que a Assembleia Municipal se comprometeu, por **unanimidade** dos vinte e sete membros presentes, a elaborar um grupo de trabalho, a ser constituído no prazo máximo de quinze dias, por 2 elementos de cada bancada e pelas técnicas da área social, para que na Assembleia Municipal de fevereiro o assunto possa vir o assunto dos Regulamentos à Assembleia Municipal. -----

8. ADENDA AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DO FAM – ASSISTÊNCIA FINANCEIRA – REDUÇÃO DA TAXA DE JURO – APROVAÇÃO;

----- Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, prestou alguns esclarecimentos aos membros da Assembleia dizendo que o nosso Município foi o primeiro a aderir a este apoio. Esclareceu depois que na altura a taxa de juro estava indexada à Taxa da República e depois houve alterações, e essa taxa foi reduzida. Os Municípios que posteriormente recorreram ao FAM, usufruíram de taxas mais vantajosas do que nós, e como o Município de Alfândega da Fé estava a ser prejudicado, foi pedido ao FAM que fosse reanalisada esta situação e nossa proposta foi aceite, sendo que a taxa foi reduzida de 3,5 % para 1,75%. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto oito à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e sete Deputados presentes, aprovar a adenda ao contrato de empréstimo contraído no âmbito do recurso à assistência financeira do FAM, ao abrigo do disposto no artigo 45º, conjugado com o artigo 23º da Lei nº 53/2014, de 25 agosto.-----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- 9. TOMADA DE POSSE DA PROVIDORA DO MUNICÍPE;

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal passou a ler o documento da tomada de posse presente e deu-o a assinar à Senhora Provedora eleita na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 18-11-2017, a cidadã Sofia Amália Borges Vaz. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara congratulou a Senhora Provedora desejando que continue a efectuar um bom trabalho neste novo mandato. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal associou-se à congratulação feita pela Senhora Presidente da Câmara à Senhora Provedora em nome de toda a mesa da Assembleia. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Iniciou a intervenção o cidadão Carlos Simões dizendo que gostou do que se passou nesta sessão, pois houve entusiasmo e isso é saudável, disse que viu uma discussão saudável, e entende que as coisas estão bem assim. Depois perguntou porque não há apoios para a Casa do Sporting, uma vez que há para as Casas do Benfica e do Porto. -----

----- De seguida, usou da palavra o cidadão César Varandas dizendo que se quer referir a uma proposta que a Senhora Presidente da Câmara fez sobre uma ajuda aos agricultores e aos pastores. O Senhor César Varandas disse que a Senhora Presidente falou que havia uma linha de crédito do Estado, mas que esta linha de crédito, ou seja quem pede o dinheiro, tem que dar esse dinheiro novamente. Relativamente à forma como será dado o apoio o Senhor César diz que deveria ser dado à cabeça. Quanto aos prejuízos das castanhas, o Senhor César disse que também é produtor de castanhas e que também teve menos castanha, mas que os castanheiros se mantêm lá e que para o próximo ano, se correr melhor, produzirão mais castanha, mas referiu depois que o mesmo não acontece com os animais, pois se não comerem, morrem. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara, dirigindo-se ao Senhor Carlos Simões, referiu que a Câmara dá subsídios quando as pessoas pedem e que o Sporting nunca pediu subsídios, pelo que não podemos dar se não pedem. Depois informou que irão reunir as três casas de clubes, que existem em Alfândega da Fé, Porto, Benfica e Sporting, para definirem critérios de atribuição de subsídios, para não dizerem que recebem uns mais do que os outros. -----

----- Relativamente ao que o Senhor César Varandas disse que terão que avaliar e se chegarem à conclusão, das reuniões que foram feitas, que é mesmo necessário e que é uma situação de urgência, terão que dar um apoio excepcional, de forma pontual. -----

----- Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito desde imediato. -----

----- A ata em minuta foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)

O Primeiro Secretário

(Carla Maria Bravo Franco)

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

O Segundo Secretário

(Domitila de Fátima Morais Branco)